

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ  
SECRETARIA EXECUTIVA DA RECEITA – SER  
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO – DEARC  
GERÊNCIA DE ANÁLISE DE DESEMPENHO SETORIAL – GANS**

<b>NOTA TÉCNICA N.:</b>	<b>009/2025-GANS/DEARC/SER/SEFAZ</b>
<b>INTERESSADO:</b>	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS - CGE
<b>CNPJ:</b>	06.103.640/0001-03
<b>DO:</b>	GANS
<b>PARA:</b>	DEARC
<b>PROCESSO Nº:</b>	MEMO CIRC Nº 004_2025-GSEFAZ_SEFAZ

**EMENTA**

1 – Ofício nº 066/2025-GCG/CGE. 2 – Item 10.3.22 do Parecer Prévio nº 23/2024-TCE-TRIBUNAL PLENO.

**RELATÓRIO/ CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Trata-se do MEMORANDO CIRCULAR Nº 004/2025-GSEFAZ/SEFAZ, que encaminha a SER, SET e SEO, para conhecimento e providências que cabem a cada Secretaria Executiva, cópia do Ofício nº 066/2025-GCG/CGE (Processo nº 01.01.011109.000079/2025-04-CGE), oriundo da CGE, o qual envia o Parecer Prévio nº 23/2024-TCE-TRIBUNAL PLENO, que comunicou o julgamento das CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, Exercício 2022, no Processo nº 11.851/2023, contendo ressalvas e recomendações para o Governo do Amazonas.

No que se refere à SER, por meio dos seus Departamentos, salvo melhor juízo, cabe a análise e manifestação quanto ao item 10.3.22: *“Que seja realizado o monitoramento dos índices de recuperabilidade dos créditos tributários nos próximos exercícios, levando-se em consideração na análise por esta Corte de Contas e seu setor técnico da (1) ocorrência de eventos extraordinários como as*

*Leis Complementares Federais nº 192 e 194/2022, que reduziu a alíquota para 18% do ICMS - Combustível com significativo e justificado impacto negativo na arrecadação tributária; e (2) o montante de renúncia fiscal promovida pelo Governo do Estado do Amazonas”*

Dessa forma, o processo foi encaminhado ao Departamento de Arrecadação- DEARC, que por meio da Gerência de Análise e Desempenho Setorial- GANS, faz a análise do citado item.

Ressalto que as ações e medidas recomendadas pelo TCE no citado Parecer Prévio perpassam todos os Departamentos da SER e o CEET- Centro de Estudos Econômico- Tributários, a presente resposta pode ser complementada, caso considere necessário.

## **ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO/ CONCLUSÃO**

### **1. Da Legislação**

Com base na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

Venho por meio desta atender à solicitação da Controladoria Geral do Estado – CGE.

### **2. Da Informação**

Foi solicitada a esta Gerência a apreciação do item 10.3.22, conforme consta na folha 4 do MEMORANDO CIRCULAR Nº 004/2025-GSEFAZ/SEFAZ: “ *Que seja realizado o monitoramento dos índices de recuperabilidade dos créditos tributários nos próximos exercícios, levando-se em consideração na análise por esta Corte de Contas e seu setor técnico da (1) ocorrência de eventos extraordinários como as Leis Complementares Federais nº 192 e 194/2022, que reduziu a alíquota para 18% do ICMS - Combustível com significativo e justificado impacto negativo na arrecadação tributária; e (2) o montante de*

*renúncia fiscal promovida pelo Governo do Estado do Amazonas”;*

### **Item 1) Índice de Recuperabilidade dos Créditos Tributários:**

A Secretaria de Executiva da Receita vem dando continuidade ao desenvolvimento de projetos voltados à modernização da administração tributária, bem como o incremento da receita tributária. Destacamos que, todas as medidas adotadas pela administração tributária são informadas anualmente por meio de Notas Técnicas, com base na Resolução nº18 do Tribunal de Contas do Estado – TCE, datada de 19 de junho de 2013, que dispõe sobre a apresentação das contas anuais do Governador do Estado do Amazonas.

Segue em anexo as Notas Técnicas com as informações referente aos exercícios de 2019 a 2023.

### **Quanto ao item 2) da Renúncia de Receita:**

No site da SEFAZ-AM, na seção "Área Tributária / Consulta por Área / Departamento de Arrecadação – DEARC / Renúncia Fiscal, constam as seguintes informações:

- a. Os valores da renúncia fiscal apurados nos últimos 5 anos, categorizados por Modalidade, Tipo de Benefício, Fundamento Legal e Tributos correspondentes;
- b. Publicação das 4 últimas LDO - Leis de Diretrizes Orçamentárias, nas quais constam a Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, espécies e previsão do montante a ser renunciado;
- c. Divulgação da lista dos Beneficiários do Incentivo de Crédito Estímulo nos últimos 3 anos. Essa modalidade representa mais de 90% do total da Renúncia Fiscal do Estado. A lista contém os seguintes campos: Inscrição Estadual, CNPJ, Razão Social, Produto Incentivado, Polo, Início e Fim do Incentivo. Quanto ao

valor, este é informado apenas em seu montante total para preservar o sigilo fiscal, em conformidade com o parecer N. 34/2023 – PRODACE/PGE;

Informamos que há um projeto de automatização para a apuração da Renúncia Fiscal, este projeto já está em desenvolvimento pela SEFAZ/AM, tendo como principal objetivo manter o cadastro centralizado das leis e decretos que geram os benefícios, o cadastro das medidas de compensação financeira ou a previsão orçamentária e a mensuração dos valores da renúncia, melhorando a eficiência das informações prestadas.

### 3. Conclusão

Conforme solicitado, informo que todos os questionamentos competentes a este setor foram respondidos.

Manaus, 13 de fevereiro de 2025.

**KENDRYA DOURADO ROLIM FIGUEIREDO**  
Gerente de Análise de Desempenho Setorial – GANS

De acordo:

**ANNY KAROLLINY SARAIVA COELHO**  
Chefe do Departamento de Arrecadação – DEARC